JEAN CARLO BISPO SILVA

OS PODERES DO JUIZ NAS AÇÕES DE TUTELA COLETIVA

Dissertação de Mestrado

Professor Orientador: Kazuo Watanabe

FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

São Paulo – SP

2018

JEAN CARLO BISPO SILVA

OS PODERES DO JUIZ NAS AÇÕES DE TUTELA COLETIVA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Direito Processual (“DPC”) da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre, sob orientação do professor Kazuo Watanabe.

FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

São Paulo – SP

2018

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Bispo Silva, Jean Carlo

Os poderes do juiz nas ações de tutela coletiva / Jean Carlo Bispo Silva ; orientador Kazuo Watanabe -- São Paulo, 2018. 186

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Direito Processual) Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2018.

1. Processo Civil. 2. Ações coletivas. 3. Poderes do juiz. 4. Sujeitos jurídicos processuais. 5. Situações jurídicas processuais. I. Watanabe, Kazuo , orient. II. Título.

JEAN CARLO BISPO SILVA

Os Poderes do Juiz nas Ações de Tutela Coletiva

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Direito Processual (“DPC”) da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre, sob orientação do professor Kazuo Watanabe.

Aprovado em: __/__/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. (a): _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. (a): _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. (a): _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

“A inteligência somada à força de vontade e à esperança
produz uma ideia “(Clóvis Beviláqua)

“Difícil compreender como no vasto mundo falta espaço
para os pequenos.” (Carlos Drummond de Andrade)

“Vê como um fogo brando funde um ferro duro
Vê como o asfalto é teu jardim se você crê
Que há sol nascente avermelhando o céu escuro
Chamando os homens pro seu tempo de viver
E que as crianças cantem livres sobre os muros
E ensinem o sonho ao que não pode amar sem dor
E que o passado abra os presentes pro futuro
Que não dormiu e preparou
O amanhecer” (Taiguara, *Que as crianças cantem livres*).

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos concretizados no seio de um trabalho acadêmico são costumeiramente vistos com reticências por seus autores. Isso se deve a apreensão do julgamento e resultado obtido com tal trabalho.

Ocorre que não existe oportunidade adequada para que se agradeça aqueles que nos acompanham em nossa jornada – por vezes exaustiva – pela Academia.

Assim, inicio os agradecimentos por minha mãe Regina Célia, alvo de minha eterna admiração pela tenacidade e coragem com que leva a vida sempre enfrentando de frente as adversidades.

Agradeço também aos meus irmãos: Gladys, Hugo, Nayara, Natalia e Bruno. Porque juntos somos fortes e o apoio de cada um me motiva a dar cabo das responsabilidades cotidianamente impostas.

Agradeço à minha companheira Fernanda, a qual acompanhou e acompanha, de forma paciente, a caminhada que juntos projetamos para nosso futuro. Por sempre sorrir e iluminar momentos que poderiam ser de escuridão. Pelo carinho e afeto que fazem com que, no fim do dia, tudo tenha valido a pena. Por me ensinar sobre o que é amar sem temer.

Agradeço aos meus amigos, Vinicius, Bruno, Rodolfo e Raphael, pela amizade de sempre. E por inspirarem a buscar sempre mais sem me importar com as possíveis pedras que o caminho possa ter.

Agradeço ao Wesley, Midori, Luciana, Isabelle e Jorge, amigos de Campo Grande que me seguiram para São Paulo e que fazem com que um pouco da infância lá vivida esteja sempre presente.

Agradeço também ao Cláudio, Matheus, Mário e Diego, amigos que contribuíram para que a caminhada no mestrado fosse ainda mais proveitosa com a divisão de conselhos, estudos, risadas e jantares.

Agradeço ao Professor Kazuo Watanabe, o qual possibilitou este retorno à Velha e Sempre Nova Academia, e que sempre amparou pacientemente os questionamentos surgidos durante o curso do mestrado.

Agradeço também aos Professores Ricardo de Barros Leonel e Carlos Alberto de Salles, os quais auxiliaram de sobremaneira para a correção de curso deste trabalho e que instigaram a mergulhar ainda mais profundamente nos temas debatidos.

Agradeço ainda às Professoras Lia Carolina Batista, Susana Henriques da Costa e Fernanda Tartuce, as quais, cada uma a sua maneira, contribuíram de forma marcante na escolha de prosseguir os caminhos do Direito Processual.

Agradeço, por fim, à Sanfran, por estar sempre disposta a continuar a receber seus antigos alunos.

RESUMO

Inseridas em um contexto de ampliação do acesso à justiça, as ações coletivas foram paulatinamente inseridas no ordenamento brasileiro, tendo como inspirações sistemas estrangeiros, mas com um traço reconhecidamente inovador na construção de um sistema próprio. Para além da previsão de possibilidade de recepção das demandas coletivas, a estrutura judicial e seus institutos acabaram por se alterar diante dos novos panoramas que foram inaugurados com a introdução e reconhecimento da tutela judicial dos direitos e interesses transindividuais. Assim, se impõe como um desafio explorar como os institutos processuais clássicos se amoldaram para além da relação processual individual inicialmente estabelecida e para a qual a maioria dos institutos foram idealizados e o reflexo desta alteração sobre os sujeitos jurídicos processuais, com foco na figura do juiz. Para tanto, o presente trabalho se deteve na construção dos conceitos de sujeitos jurídicos processuais e da relação jurídica processual como bases para definição particular conferida à seara processual coletiva e os reflexos que essa alteração desencadeia junto às responsabilidades inerentes ao papel do juiz, como figura imparcial, no desempenho de seus poderes-deveres.

Palavras-chave: Ações coletivas – poderes do juiz – sujeitos jurídicos processuais – situações jurídicas processuais.

ABSTRACT

Inserted in a context of increasing access to justice, collective actions were gradually inserted into the Brazilian system, inspired by foreign systems, but with a recognizably innovative trait in the construction of a system of its own. In addition to anticipating the possibility of receiving collective demands, the judicial structure and its institutes eventually changed in the face of the new scenarios that were inaugurated with the introduction and recognition of judicial protection of transindividual rights and interests. Therefore, it is a challenge to explore how the classic procedural institutes were shaped beyond the individual procedural relationship initially established and for which most of the institutes were idealized and the reflection of this change on the juridical subjects procedural, focusing on the figure of the judge. In order to do so, the present work focused on the construction of the concepts of procedural legal subjects and the procedural legal relationship as bases for a particular definition given to the collective process and the reflexes that this change brings together with the responsibilities inherent to the role of the judge as an impartial figure, in the performance of his powers-duties.

Key words: Class actions - powers of the court - procedural legal subjects - procedural legal situations.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
CAPÍTULO I – PROCESSO CIVIL E AS AÇÕES COLETIVAS	25
1. ASPECTOS HISTÓRICOS DO DIREITO PROCESSUAL	25
2. ESCOPOS DO PROCESSO	27
3. AÇÕES COLETIVAS – DEFESA DOS INTERESSES COLETIVOS E DIFUSOS	31
4. CRONOLOGIA LEGISLATIVA DAS AÇÕES COLETIVAS NO BRASIL	36
CAPÍTULO II – A ADAPTAÇÃO BRASILEIRA À MENTALIDADE DAS AÇÕES COLETIVAS	42
1. VACILAÇÕES DA PRÁTICA FORENSE	42
2. AS AÇÕES COLETIVAS E A ORDEM CONSTITUCIONAL	44
3. SISTEMATIZAÇÃO DAS AÇÕES COLETIVAS	46
CAPÍTULO III – SUJEITOS JURÍDICOS PROCESSUAIS	50
1. ASPECTOS GERAIS	50
2. SUJEITOS JURÍDICOS PROCESSUAIS E A PARCIALIDADE	50
3. SUJEITOS JURÍDICOS PROCESSUAIS PRINCIPAIS E SECUNDÁRIOS	52
4. SUJEITOS JURÍDICOS PROCESSUAIS – AS PARTES	52
5. SUJEITOS JURÍDICOS PROCESSUAIS – TERCEIROS	54
5.1 O <i>amicus curiae</i>	56
6. SUJEITOS JURÍDICOS PROCESSUAIS – O JUIZ	57
6.1 Os modelos de juiz	58
6.2. Impedimento e suspeição	62
6.3 O dever de dirigir e tutelar	65
6.4. A “discrecionarietà” judicial	67
7. SUJEITOS JURÍDICOS PROCESSUAIS – OS AUXILIARES DA JUSTIÇA	69
CAPÍTULO IV – SITUAÇÃO JURÍDICA PROCESSUAL E RELAÇÃO JURÍDICA PROCESSUAL	71
1. O CONCEITO DE PROCESSO E AS SITUAÇÕES JURÍDICAS PROCESSUAIS	71
2. O CONTRADITÓRIO E AS SITUAÇÕES JURÍDICAS PROCESSUAIS	73
3. SITUAÇÕES JURÍDICAS PROCESSUAIS	74
3.1. Situação jurídica processual passiva	74
3.2. Situação jurídica processual ativa	76
4. RELAÇÃO JURÍDICA PROCESSUAL	76

4.1 Características da relação jurídica processual	78
4.1.2 Relação jurídica processual e modelo cooperativo	79
4.2 Processo cooperativo e alteração das situações jurídicas processuais.	82
4.3 Relação jurídica processual tríplice	84
4.4 A relação jurídica processual pertencente à área do direito público.	86
4.5 Processo civil de interesse público e a relação jurídica processual coletiva	87
4.6 O juiz e a relação jurídica processual estabelecida nos conflitos de ordem coletiva. .	88
4.6.1 A relação jurídica processual e o Direito Coletivo.....	89
4.6.2 A relação jurídica processual na seara coletiva e a arena judicial.....	92
CAPÍTULO V – OS PODERES DO JUIZ NAS AÇÕES DE TUTELA COLETIVA	99
1. BREVÍSSIMAS CONSIDERAÇÕES INICIAIS	99
2. OS PODERES DO JUIZ NO NOVEL DIPLOMA PROCESSUAL	99
3. O PODER-DEVER DO JUIZ E O MODELO DE PROCESSO JUDICIAL COLETIVO BRASILEIRO: BREVES REFLEXÕES.....	101
4. OS PODERES DO JUIZ NA ADMISSÃO DA AÇÃO COLETIVA – ANÁLISE FORMAL DOS INSTITUTOS PROCESSUAIS	106
4.1 O exame da legitimidade ativa	108
4.1.1 Legitimação Conglobante	111
4.2 Interesse Processual.....	112
4.3 O pedido e a causa de pedir	115
4.3.1 A possibilidade de admissão de pedido genérico	119
4.3.2 Da impossibilidade de admissão de pedidos incompatíveis ou de pedido incoerente com a narrativa fática.....	120
4.4 Conexão, continência, litispendência e a análise de reunião de demandas coletivas.	121
4.5 A coisa julgada	126
5. OS PODERES DO JUIZ NA ADMISSÃO DA AÇÃO COLETIVA: PARA ALÉM DA ANÁLISE DOS REQUISITOS FORMAIS DE PROSSEGUIMENTO DA DEMANDA.....	132
5.1 A possibilidade de controle judicial da representatividade adequada no modelo brasileiro.....	135
6. OS PODERES DO JUIZ NA CONSTRUÇÃO DO <i>THEMA DECIDENDUM</i>	140
7. OS PODERES DO JUIZ NA NOTIFICAÇÃO DE AÇÕES COLETIVAS	143
8. OS PODERES DO JUIZ, A INSTRUÇÃO PROCESSUAL E A DISTRIBUIÇÃO DINÂMICA DO ÔNUS DA PROVA NOS PROCESSOS COLETIVOS	146
9. OS PODERES DO JUIZ, A INSTRUÇÃO PROCESSUAL E OS MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL.....	151
10. OS PODERES DO JUIZ NA HOMOLOGAÇÃO DE TERMOS DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA.....	153

5. CAPÍTULO VI – OS PROVIMENTOS JUDICIAIS BRASILEIROS E EFETIVIDADE NA TUTELA COLETIVA	156
1. NATUREZA E ALCANCE.....	156
2. A CLASSIFICAÇÃO DOS PROVIMENTOS JUDICIAIS	157
3. PROVIMENTOS DO DIREITO COMPARADO	159
4. MEDIDAS PARA A EFETIVAÇÃO DOS PROVIMENTOS.....	162
4.1 Hipóteses de incidência.	162
4.2 Criatividade judicial	163
4.3 Limites.....	164
4.4 Medidas sub-rogatórias	167
4.5 Medidas de coerção e sanção.....	169
4.5.1 Multa periódica	169
4.5.2 Prisão por descumprimento de ordem judicial.	171
6. SÍNTESE CONCLUSIVA	174
7. BIBLIOGRAFIA.....	177

INTRODUÇÃO

“A nossa é a época do direito responsabilizado, do direito não separado da sociedade, mas intimamente ligado a ela, às suas necessidades, às suas demandas, ao grito de esperança, mais ‘espesso’ diante dos justos protestos e das dores, que vêm da sociedade”¹

A afirmação acima transcrita é da autoria de Mauro Cappelletti, o qual em ensaio sobre o papel do Judiciário na sociedade contemporânea conclui pela exigência de um novo papel do juiz e dos demais indivíduos que manejam o Direito em suas mais diversas searas. São ideias que datam do início da década de noventa, mas que ainda se mostram extremamente adequadas para o atual contexto vivenciado pela sociedade brasileira.

O tema das alterações que sofre o Judiciário é caro aqueles que sempre anteveem a premissa constitucional da inafastabilidade da jurisdição e do acesso à justiça. A compreensão destes conceitos, em sua gênese, não pode ser cindida do necessário exame da sociedade em que estão inseridos.

Tratar de acesso à justiça em um país que não vive a integralidade de um regime democrático, ou no qual as instituições não gozam da necessária independência e funcionalidade, é tratar de maneira abstrata o que não se pode alcançar *in concreto*.

Portanto, quando se trata sobre acesso à justiça, no contexto brasileiro, deve-se ter em mente as dificuldades inerentes a um país de dimensões continentais e marcado por uma repressiva desigualdade social. Esta premissa é fundamental para que se entenda as repercussões na prestação jurisdicional e para que se possa, ao fim, atingir qualquer parâmetro de justiça.

É sob este propósito que se mostra necessário analisar em profundidade dois pontos marcantes e que, de certa maneira, se interconectam e resultam no tema escolhido para análise.

As mudanças que operam na sociedade não necessariamente são acompanhadas na mesma medida pelas ciências. No Direito, ao menos na área processual, o que se observa é

¹ CAPPELLETTI, Mauro. *Constitucionalismo moderno e o papel do Poder Judiciário na sociedade contemporânea*. in Revista do Processo, v.60, 1990, p.116

uma constante retroalimentação entre os conflitos e as dificuldades para operacionalizá-los sob a égide da interpretação vigente dos mais diversos institutos².

Tais conflitos acabam deixando cada vez mais de se situar em uma esfera de oposição entre duas posições para abarcar diversas outras, principalmente nos conflitos marcados pelo aspecto coletivo, seja pelo número de atingidos ou pela natureza desses direitos e interesses.

Não ignorando que parte significativa da sociedade não detém os conhecimentos acerca dos direitos lhe são conferidos, pode-se inferir que há um valor elevadíssimo de ações judiciais em potencial na exigência destes direitos perante as mais diversas instâncias decisórias.

Responsivamente, inauguraram-se institutos que possibilitam a defesa de direitos e interesses coletivos e que podem beneficiar parte da população vulnerável³ e que, desta maneira, podem alcançar a potencialidade de atingir os valores constitucionais que consagram o chamado mínimo existencial.⁴

De outro lado, ao Poder Judiciário se aplicam reformas visando adequar sua estrutura para alcançar os parâmetros que propiciem uma justiça aberta às mais diversas demandas, das coletivas a aquelas que autorizam a ausência de advogado. E como essa estrutura se funda na figura do juiz, é nela que parte dos efeitos mais significativos dessa alteração são mais sentidos.

² “O jurista contemporâneo preocupa-se, assim, com o direito que ele postula ser um todo coerente, relativamente preciso em suas determinações, orientado para uma ordem finalista, que protege a todos indistintamente”. FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. *Introdução ao estudo do Direito: Técnica, Decisão, Dominação*. 6ª ed. São Paulo: Atlas 2011, p. 57.

³ Utiliza-se aqui o vocábulo vulnerabilidade como concebido por Fernanda Tartuce, para a qual a vulnerabilidade não se coincide com a hipossuficiência e para a qual pode-se falar em vulnerável para os casos de incapacidade organizacional e desinformação social. Para maiores distinções pode-se consultar a versão comercial de sua tese de doutorado. TARTUCE, Fernanda. *Igualdade e vulnerabilidade no processo civil*. Rio de Janeiro: Forense. 2012.

⁴ Sobre o conceito de mínimo existencial, o qual não será objeto de maiores aprofundamentos, assim se pronuncia Ricardo Lobo Torres: “A dignidade humana e as condições materiais da existência não podem retroceder aquém de um mínimo, do qual nem os prisioneiros, os doentes mentais e os indigentes podem ser privados. O fundamento do direito ao mínimo existencial, por conseguinte, reside nas condições para o exercício da liberdade ou até na liberdade para ao fito de diferenciá-las da liberdade que é mera ausência de constrição (...) Não é qualquer direito mínimo que se transforma em mínimo existencial. Exige-se que seja um direito a situações existenciais dignas. Sem o mínimo necessário à existência cessa a possibilidade de sobrevivência do homem e desaparecem as condições iniciais da liberdade. A dignidade humana e as condições materiais da existência não podem retroceder aquém de um mínimo, do qual nem os prisioneiros, os doentes mentais e os indigentes podem ser privados.”. TORRES, Ricardo Lobo. *O direito ao mínimo existencial*. Rio de Janeiro: Renovar, 2009. p. 69

O comportamento do juiz, neste contexto, inaugurado principalmente nos últimos trinta anos, é que detém a maior parte da análise a qual se pretende tratar detidamente, sob a ótica do dever constitucional da igualdade, contraditório e do devido processo legal.

Sendo assim, para tratar do tema da mudança social e do papel do magistrado é que se elegeu-se as ações coletivas como foco, uma vez que estas são relativamente recentes e detém um tratamento e histórico bastante singular no ordenamento brasileiro e no conceito de acesso à justiça⁵, estando intimamente vinculadas às conquistas sociais de grupos vulneráveis e que possivelmente tem efeitos que gozam de repercussão em uma parte sensível da sociedade.

Antes que se possa adentrar nestas possibilidades próprias dos conflitos coletivos – das situações que lhes são afetas – é necessário recuperar parte do histórico da ciência processual até o debut das ações coletivas no ordenamento processual pátrio, fazendo menções aos estudos inovadores que circundam a estruturação destes e que são fundantes para a sua ideal adequação.

Com a base histórica assentada, pode-se tratar mais profundamente das figuras clássicas envolvidas em qualquer demanda processual – partes, terceiros, juiz e auxiliares – buscando sempre iluminar os aspectos que possam surgir para validar a assertiva doutrinária da mudança de dinâmica que se estabelece entre tais sujeitos, com evidente foco na figura do magistrado.

Com os esclarecimentos acerca dos sujeitos processuais, pode-se adentrar na análise da relação estabelecida entre estes, com desenvolvimento das situações que dela decorrem e que balizam os atos praticados tanto pelas partes quanto pelo juiz, na perspectiva de sanar os conflitos em uma lógica já não marcada por uma noção comutativa.

Com apoio nas conclusões que emergiram nos tópicos anteriores, serão trabalhados institutos bastante particulares do procedimento coletivo e que, por sua conta, demandam do juiz a adoção de posturas que se apoiem em um papel diferenciado, havendo ainda a

⁵ “O direito processual deve ser concebido como instrumento de transformação da realidade social. É necessário hoje, portanto, o seu enfoque dentro do contexto social; só assim será possível alcançar a sua legitimidade instrumental com a observância dos valores principiológicos do Estado Democrático de Direito. (...) Portanto, falar em acesso à justiça como novo método de pensamento pressupõe o rompimento com a neutralidade positivista, que impede a justiça de ser justiça, o direito de ser direito, a democracia de ser democracia. Impõe, assim, a concepção dinâmica, portanto aberta, do Direito, concepção essa que, transmutada para o direito processual, o torna um instrumento de realização de justiça por intermédio dos escopos jurisdicionais.”. ALMEIDA, Gregório Assagra de. *Direito Processual Coletivo Brasileiro: um novo ramo do direito processual*. São Paulo: Saraiva, 2003. p. 68

comparação com propostas da doutrina para a otimização destes para a dinâmica processual coletiva.

Por fim, as questões emergentes que circundam o papel do juiz na decisão dos conflitos coletivos nos encaminham para análise dos provimentos jurisdicionais e seu adequado manejo para que se possa obter a eficiência determinada pelo legislador, observando mais uma vez o contexto particular em que se inserem as demandas que transbordam a lógica individual do processo.

6. SÍNTESE CONCLUSIVA

As alterações sociais decorrentes das mudanças as quais a sociedade moderna foi exposta acabaram por resultar na alteração da própria acepção de como o indivíduo passou a se enxergar quando em sociedade. Tais alterações implicaram, de igual forma, no estabelecimento de um feixe de relações entre esses indivíduos que são característicos e decorrentes da forma como a sua sociedade/comunidade foi formada e quais valores está submetida.

Sob essa premissa, a sociedade ocidental e mais precisamente a sociedade brasileira se inseriu, na contemporaneidade, no chamado Estado Democrático de Direito, o qual possibilitou o reconhecimento de uma miríade de direitos de diversas dimensões com o estabelecimento de condutas ativas e passivas a serem determinadas pelo Estado para que se possa atingir um padrão de respeito a um valor próprio que é devido a qualquer ser humano.

Para que se atinja tais parâmetros, variadas foram as iniciativas que se estabeleceram nos mais diversos ramos. Sob o aspecto da Justiça, o reconhecimento de direitos que extrapolam as esferas de interesses individuais com consequências sobre uma coletividade foi determinante para que se possa garantir a dignidade e a horizontalidade no tratamento de questões coletivas com a possibilidade de tutela destes direitos pelo Judiciário, sem que se inflija qualquer marca ao dever de dirimir conflitos que é próprio do Estado Moderno.

Para tanto, a recepção e desenvolvimento de um sistema que primasse pelo reconhecimento de coletividades passou por diversas etapas, que foram da estratificação de grupos e direitos até a estruturação de um modelo capaz de tutelar e proteger tais direitos. Para tanto, o processo amoldou-se para estabelecer escopos de desenvolvimento que atendessem ao seu primado maior, qual seja a pacificação social e o acesso à justiça.

Neste sentido, o desenvolvimento da disciplina processual coletiva se situa como um instrumento para o alargamento das possibilidades de acesso à justiça, principalmente com foco nos grupos considerados vulneráveis e nos direitos que são reconhecidamente pertencentes a uma coletividade não identificada.

Ante ao panorama introduzido pela emergência do processo coletivo, se verificou que as próprias dificuldades que se encontram na instrumentalização dessa modalidade de tutela são, em parte, decorrentes da não adequação do sistema brasileiro a um processo que não seja calcado nos dogmas inerente ao processo individual.

Buscou-se, desta forma, introduzir e debater sobre os diversos sujeitos jurídicos processuais que compõe o sistema como desenhado pelo ordenamento legal, com um maior escrutínio sobre a figura do juiz, tratando da sua imparcialidade e das previsões do sistema para a manutenção desta característica como fundamento para a integridade da decisão que coloque fim a um conflito social desenhado.

Também se mostrou bastante importante o estudo sobre as situações jurídicas processuais a que se submetem cada um dos sujeitos do processo. Com a definição de cada uma destas como poderes, deveres, faculdades e ônus. Sendo que quanto a figura do juiz se verificou que a mesma se constitui como um poder-dever ante as imposições legais impostas.

Após, tratou-se da relação processual como elemento fundante para a concepção moderna de processo, sendo junto ao procedimento os dois núcleos principais para sua correta conceituação e decorrente do princípio do contraditório.

Buscou-se demonstrar também que a relação entre os sujeitos processuais no contexto das ações coletivas da tutela de interesses transindividuais tem contornos muito particulares e que se diferenciam de sobremaneira da dinâmica clássica imposta as relações jurídicas processuais, marcadamente as afetas ao processo individual, o que autoriza a mudança de ótica e de sopesamento aos deveres do juiz e das partes, principalmente os legitimados legais que carregam a responsabilidade de representarem pessoas determinadas ou não no bojo do processo.

Essa alteração na dinâmica entre os diversos sujeitos processuais na relação jurídica processual coletiva é ainda fortemente influenciada pelas inovações trazidas pelo diploma processual vigente, como o princípio da cooperação e a constituição do processo coletivo como um processo civil de interesse público, marcado por uma situação na qual se tem um dito contencioso social.

De posse de todas as investigações anteriores, foi possível, apoiado nas provisões normativas atuais e projetos de lei sobre o tema, desenhar diversos poderes-deveres do juiz

que se diferenciam no processo coletivo, tratando das questões da admissão das ações de tutela coletiva, da aproximação e adoção de critérios da chamada decisão de certificação da ação (própria das *class actions* norte-americanas), da fixação dos limites objetivos da demanda coletiva, da adequada determinação do ônus da prova, da adoção de medidas que possam potencializar o contencioso social – notificação e participação social – no ínterim de produzir um corpo probatório robusto capaz de municiar a decisão para que possa atingir os efeitos perseguidos e alcançar o aspecto estruturante a que as decisões das ações coletivas possuem potencial.

Por fim, investigou-se a necessidade de adoção de provimentos diferenciados para a efetivação das decisões nas ações de tutela coletiva, tendo em vista toda a particularidade evidenciada nos tópicos antecedentes, com a enumeração de medidas que possam municiar o juiz a concretizar a decisão capaz de representar a vontade do Estado sobre um conflito de contornos e repercussões não tão visíveis, a um primeiro olhar.

Dessa maneira, o que se observou foi que apesar das possibilidades inovadoras trazidas pela doutrina para o tema, parte das acepções são hoje possíveis pelas normas processuais em vigência que podem, se corretamente manejadas, possibilitar um procedimento fluido para a construção de uma decisão dialogal sobre um determinado conflito marcado fortemente por fatores sociológicos e culturais nem sempre possíveis de transposição para a arena processual do Judiciário.

O sujeito representante do Estado-juiz, como responsável pela condução processual, ganha, desta maneira, uma responsabilidade ainda maior ao assumir a função gerencial em uma relação que extrapolaria aquela presente nos autos e assume a função de produzir decisões que podem se transmutar na mudança de realidade e na imposição de novos paradigmas dogmáticos e normativos em temas sensíveis para população reconhecidamente vulnerável, alcançando verdadeiros patamares de Justiça e conduzindo jurisdicionados para uma possível situação de menor vulnerabilidade em um país marcado pelas suas diferenças e distorções sociais, em perfeito alinhamento aos objetivos políticos, jurídicos e sociais do Direito.

7. BIBLIOGRAFIA

ABELHA RODRIGUES, Marcelo. *A distribuição do ônus da prova no Anteprojeto do Código Brasileiro de Processos Coletivos*. In: GRINOVER, Ada Pellegrini (org) *Direito processual coletivo e o Anteprojeto de Código Brasileiro de Processos Coletivos*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. *Direito Administrativo Descomplicado*. 18ª ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Método, 2010.

ALMEIDA, Gregório Assagra de. *Direito Processual Coletivo Brasileiro: um novo ramo do direito processual*. São Paulo: Saraiva, 2003.

ALVIM, Arruda. *Manual de Direito Processual Civil*. 13. Ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais. 2010.

ARRUDA ALVIM NETTO, José Manoel de. *Código do Consumidor Comentado*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2ª. ed., 1995.

AMARAL, Guilherme Rizzo. *As astreintes e o processo civil brasileiro: a multa do artigo 461 do CPC e outras*. Porto Alegre: Editora Livraria do Advogado, 2004.

BARBOSA MOREIRA, José Carlos. *Reformas processuais e poderes do juiz. Temas de direito processual – 8ª série*. São Paulo: Saraiva, 2004.

BARBOSA MOREIRA, José Carlos. *O juiz e a cultura da transgressão*, In *Temas de direito processual*, 7. série. São Paulo: Saraiva, 2001.

BARROS, Marcus Aurélio de Freitas. *Ponderações sobre o pedido nas ações coletivas e o controle jurisdicional das políticas públicas*. Disponível em: <<http://sisnet.aduaneiras.com.br/lex/doutrinas/arquivos/pedido.pdf>> Acesso em 02.11.2017

BATISTA, Lia Carolina. *Assistência no processo civil brasileiro*. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo. 2012.

BEDAQUE, José Roberto dos Santos. *Direito e processo: influência do direito material sobre o processo*, 6ª ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

_____. *Poderes instrutórios do juiz*. 7ª ed. – São Paulo: Revista dos Tribunais. 2013. p. 159.

BENCKE, Carlos Alberto. *Os três modelos de juiz de François Ost: Uma visão à brasileira*. Disponível em <http://livepublish.iob.com.br/ntzajuris/lpext.dll/Infobase/248f8/24962/24adf?f=templates&fn=document-frame.htm&2.0> Acesso em 12.09.2017

CABRAL, Antonio do Passo. *As convenções processuais e o termo do ajustamento de conduta*. In ZANETI Jr. Hermes. *Processo Coletivo*. Salvador: Juspodvm. 2016.

CAPPELLETTI, Mauro. *Constitucionalismo moderno e o papel do Poder Judiciário na sociedade contemporânea*. in Revista do Processo, v.60, 1990.

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryan. *Acesso à Justiça*. Tradução Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Fabris Editora, 1988.

CHAYES, Abram. *The role of the judge in public law litigation*. Harvard Law Review. Vol. 89. Nº 7. 1976.

CHIOVENDA, Giuseppe. *Instituições de direito processual civil*. 3.ed. Campinas: Bookseller, 2002.

CINTRA, Antônio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. *Teoria geral do processo*. 31.ed. São Paulo: Malheiros, 2015.

COSTA, Susana Henriques, In CABRAL, Antônio do Passo (coord). *Comentários ao novo Código de Processo Civil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense. 2016.

DIDIER Jr, Fredie. *Tópicos sobre a última reforma processual*. Revista de Processo. 2006.

_____. *Curso de direito processual civil*. Vol. 1. Salvador: Juspodvm. 2013.

_____. *Notas sobre as decisões estruturantes*. Texto disponível em https://www.academia.edu/34215122/Notas_sobre_as_decisões_estruturantes .Acesso em 11.12.2017.

_____. *Comentários ao art. 31* In: GIDI, Antonio; MAC-GREGOR, Edaurdo Ferrer (Coord). *Comentários ao código modelo de processos coletivos: um diálogo ibero-americano*. Salvador: Editora Juspodivm, 2009.

_____. *Comentários ao art. 32* In: GIDI, Antonio; MAC-GREGOR, Edaurdo Ferrer (Coord). *Comentários ao código modelo de processos coletivos: um diálogo ibero-americano*. Salvador: Editora Juspodivm, 2009.

DIDIER JR, Fredie; CUNHA; BRAGA, Paula Sarno; OLIVEIRA, Rafael. *Curso de direito processual civil: direito probatório, decisão judicial, cumprimento e liquidação da sentença e coisa julgada*. Vol 2. Salvador: Jus Podivm, 2014.

DINAMARCO, Cândido Rangel; CARRILHO LOPES, Bruno Vasconcelos. *Teoria Geral Do Novo Código De Processo Civil*. São Paulo. Malheiros, 2016.

DINAMARCO, Cândido Rangel. *A instrumentalidade do processo*, 10ª ed., São Paulo: Malheiros, 2002.

DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de direito processual civil*. Vol. 2. 6ª. Ed. São Paulo: Malheiros. 2009.

DINAMARCO, Cândido Rangel. *A reforma da reforma*. São Paulo: Malheiros.2003.

DIDIER Jr. Fredie; ZANETI JR, Hermes. *Curso de Direito Processual Civil Processo Coletivo*. vol IV. 9ª ed. Salvador: Juspodvm, 2014.

ELLIOTT, Anthony; TURNER, Byan . *On Society*. Cambrige: Polity Press, 2012.

FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. *Introdução ao estudo do Direito: Técnica, Decisão, Dominação*. 6ª ed. São Paulo: Atlas 2011.

FARIA, José Eduardo. *A definição de interesse público, em processo civil e interesse público*. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2003.

FEINSTERSEIFER, Tiago. *Defensoria Pública, direitos fundamentais e ação civil pública: a tutela coletiva dos direitos fundamentais (liberais, sociais e ecológicos) dos indivíduos e grupos necessitados*. São Paulo: Saraiva, 2015.

FISS, Owen. *As formas de justiça*. SALLES, Carlos Alberto de (Coord. Trad.). São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004, pp.25-104.

FISS, Owen. *Um novo processo civil: estudos norte-americanos sobre jurisdição, constituição e sociedade*. SALLES, Carlos Alberto de (Coord. Trad.). São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

GABBAY, Daniela Monteiro. *Processo coletivo e elementos objetivos da demanda*. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo. 2007.

GAJARDONI, Fernando da Fonseca. *O processo coletivo refém do individualismo*. In ZANETI Jr, Hermes. *Processo Coletivo*. Salvador: Juspodvm.2016.

GIDI, Antonio. *Rumo a um Código de Processo Civil Coletivo: a codificação das ações coletivas no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

GIDI, Antônio. *Aspectos da inversão do ônus da prova no Código do Consumidor*. In Revista de Direito do Consumidor, n.13, p. 33-41, São Paulo: RT, jan-mar/1995.

GRECO, Leonardo. *A teoria da ação no processo civil*. São Paulo: Dialética, 2003.

GREGGER, Reinhard. *Cooperação como princípio processual*. KOCHEN, Ronaldo (trad.). Revista de Processo. São Paulo: RT, 2012, n. 206.

GRINOVER, Ada Pellegrini. *Significado social, político e jurídico da tutela dos interesses difusos*. In: GRINOVER, Ada Pellegrini (Org). *A marcha do processo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

Ada Pellegrini. *As garantias constitucionais do processo nas ações coletivas*. Revista de Processo, vol. 43, São Paulo, Revista dos Tribunais, 1986.

GRINOVER, Ada Pellegrini et al. *Código Brasileiro de Defesa do Consumidor: comentado pelos autores do anteprojeto*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

JUZINSKAS, Leonardo Gonçalves. *Poderes do juiz no processo coletivo: diálogos entre o CPC e o “Projeto Gidi”* in ZANETI Jr, Hermes. *Processo Coletivo*. Salvador: Editora Juspodvm. 2016.

LEONEL, Ricardo de Barros. *Manual de Processo Coletivo*. 3ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2013.

_____. *Processo Coletivo: Evoluções e perspectivas*. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo. São Paulo.

LIEBMANN, Enrico Tullio. *Manual de direito processual civil*. 3ª ed. Tradução e notas de Cândido Rangel Dinamarco. v. 1. São Paulo: Malheiros, 2005.

LIMA, Edilson Vitorelli Diniz. *Tipologia dos litígios transindividuais: um novo ponto de partida para a tutela coletiva. Repercussões do novo CPC*. In ZANETI JR, Hermes. *Processo coletivo*. Salvador: Editora JusPodivm, 2015.

LUCON, Paulo Henrique dos Santos. *Interpretação do pedido e da causa de pedir nas ações coletivas*. In LUCON, Paulo Henrique dos Santos (Coord). *Tutela Coletiva: 20 anos da Lei da Ação Civil Pública e o Fundo de Defesa de Direitos Difusos, 15 anos do Código de Defesa do Consumidor*. São Paulo: Atlas. 2006.

MANCUSO, Rodolfo Camargo. *Interesses difusos: conceito e legitimação para agir*. 4. ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

MARINONI, Luiz Guilherme. *Técnica Processual e Tutela dos Direitos*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

_____. *Tutela inibitória*. São Paulo: Revista dos Tribunais. 5.ed. 2006.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. *Novo CPC comentado*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. *Prova*. Revista dos Tribunais, 2009.

MARTINS SEABRA, Fausto José. *A atuação do juiz na efetivação da tutela coletiva*. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo. 2008. p. 34

MAZZILI, Hugo Nigro. *A defesa dos interesses difusos em juízo*. São Paulo: Saraiva. 2015.

MENDES, Aluisio Gonçalves de Castro. *O Anteprojeto de Código-Modelo de Processos Coletivos para os Países Ibero-Americanos e a Legislação Brasileira*. In: Revista de Processo, São Paulo, n. 117, p. 109-128, set./out. 2004.

MENDES, Aluisio Gonçalves de Castro. *O Código modelo de processos coletivos para os países ibero-americanos*. In: MAZZEI, Rodrigo; NOLASCO, Rita Dias (Coord). *Processo Civil Coletivo*. São Paulo: Quartir Latin, 2005.

MIRRA, Álvaro Luiz Valery. *Tutelas jurisdicionais de prevenção e de precaução no processo coletivo ambiental*. Revista do Advogado. São Paulo: AASP, março/2017, n. 133.

NERY JUNIOR, Nelson. *Princípios do processo na Constituição Federal: processo civil, penal e administrativo*. 9. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

NEVES. Daniel Amorim Assumpção. *Novo Código de Processo Civil – Leis 13.105/2015 e 13.256/2016*. 3 ed. São Paulo: Método. 2016.

OLIVEIRA, Swarai Cervone de. *Poderes do Juiz nas ações coletivas*. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo. 2007.

OST, François. *Júpiter, Hercules, Hermes: três modelos de juiz*. Madrid, DOXA nº 14, 1993.

PASSOS, Joaquim José Calmon de. *Democracia, participação e processo*. In: DINAMARCO, Candido Rangel; GRINOVER, Ada Pellegrini; WATANABE, Kazuo. *Participação e Processo*. São Paulo. Revista dos Tribunais. 1988.

PORTO, Sérgio Gilberto. *Coisa julgada civil*. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

PIZZOL, Patrícia Miranda. *Liquidação nas ações coletivas*. São Paulo: Lejus. 1998

ROSITO, Francisco, *Direito probatório – as máximas de experiência em juízo*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

ROQUE, André Vasconcelos. *Breves comentários ao novo código de processo civil*. São Paulo: RT, 2016.

SALLES, Carlos Alberto. *Processo civil e interesse público: o processo como instrumento de defesa social*. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003. p. 41.

SCARPINELLA BUENO , Cássio. *As class actions norte-americanas e as ações coletivas brasileiras: pontos para uma reflexão conjunta*. Disponível em: <http://www.scarpinellabueno.com/images/textos-pdf/004.pdf> . Acesso em 11.12.2018

STRECK, Lênio. *Hermenêutica jurídica e(m) crise*, 2ª ed., Porto Alegre: Liv. do Advogado, 2000.

TALAMINI, Eduardo. *A dimensão coletiva dos direitos individuais homogêneos: ações coletivas e o mecanismo previsto no código processual civil*. In ZANETI Jr, Hermes. *Processo Coletivo*. Salvador: Juspodvm.2016. p. 109-130

TARDE, Gabriel. *Monadologia e Sociologia*. Petrópolis: Vozes, 2003.

TARTUCE, Fernanda. *Igualdade e vulnerabilidade no processo civil*. Rio de Janeiro: Forense. 2012.

TEIXEIRA, Sálvio de Figueiredo (Coord.). *A Reforma do Código de Processo Civil*. São Paulo: Saraiva, 1996.

THEODORO JR., Humberto. *Curso de Direito Processual Civil: teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento*. v. I. 51. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

TORRES, Ricardo Lobo. *O direito ao mínimo existencial*. Rio de Janeiro: Renovar, 2009

VITORELLI, Edilson. *Tipologia dos litígios transindividuais: um novo ponto de partida para a tutela coletiva*. In ZANETI Jr. Hermes. *Processo Coletivo*. Salvador: Juspodvm. 2016.

WAMBIER, Luiz Rodrigues. *Curso Avançado de processo civil*, v. I. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998.

WATANABE, Kazuo. *Acesso à justiça e sociedade moderna*. In: GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel; WATANABE, Kazuo. *Participação e processo*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1988.

_____. *Tutela antecipatória e tutela específica das obrigações de fazer e não fazer in Reforma do Código de Processo Civil*. São Paulo: Saraiva, 1996.

_____. *Da cognição no processo civil*. 3.ed. São Paulo: DPJ, 2005.

ZANETI JR, Hermes. *Processo Constitucional: O modelo constitucional do processo civil brasileiro*. Rio do Janeiro: Lumen Juris, 2007.

ZANETI Jr. Hermes. A legitimação conglobante nas ações coletivas: a substituição processual decorrente do jurídico. In ASSIS, Araken de; ALVIM, Eduardo Arruda; NERY JUNIOR, Nelson; MAZZEI, Rodrigo; ALVIM, Theresa (Org.) *Direito Civil e Processo: estudos em homenagem ao Professor Arruda Alvim*. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2008.

ZAVASCKI, Teori Albino. *Processo Coletivo – Tutela dos direitos coletivos e tutela coletiva de direitos*. 7.ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017.